



O presidente do BC embarcou garantindo que seguiu a reforma do Banco do Brasil

Pastore não dá prazo para concluir a nova negociação

O presidente do Banco Central, Affonso Pastore, informou ontem à noite que o governo iniciou o ano colocando em prática a programação monetária aprovada no mês passado pelo Conselho Monetário Nacional, mas manteve aberta a conta de movimento com o Banco do Brasil, respeitando os termos da liminar concedida pela Justiça Federal que suspende a execução de medidas que possam afetar a instituição.

Ao embarcar para o Rio, de onde seguiu para Nova Iorque com o objetivo de retomar hoje as negociações da dívida externa com o comitê de assessoramento dos bancos, Pastore reafirmou a intenção de "concluir o mais rapidamente possível" os acordos sobre a rolagem das amortizações deste e dos próximos quatro anos, mas não quis fixar nenhum prazo. "As negociações têm prazo para começar e terminam na hora que terminar" — afirmou.

Desde ontem que o Banco Central colocou em prática, na área externa, um acordo de emergência com os bancos credores, a respeito

dos pagamentos devidos após o encerramento de 1984. Segundo Pastore, o acordo deste "período interino" pressupõe a extensão das condições de rolagem que valiam no ano passado, dentro da chamada Fase 2 da renegociação brasileira. Isso quer dizer que as amortizações que vencem desde ontem já não estão sendo pagas aos credores, dentro do entendimento de que serão objeto da rolagem a ser acertada agora em Nova Iorque.

O Banco Central recebe aqui dentro o valor das prestações de empréstimos contraídos no exterior por empresas, mas não remete os dólares para os credores, pagando somente as parcelas de juros e informando aos bancos estrangeiros que continua depositando o principal em seu nome, até o novo acordo. "Continuamos fazendo a mesma coisa de antes, pagando os juros e depositando o principal em nome do credor, do mesmo jeito da Fase 2" — explicou.

Sobre os resultados da política monetária em 1984, que devem estourar na casa dos 200% de acordo com dados preliminares, o presidente do Banco Central argumen-

tou que os números definitivos sobre a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos a vista nos bancos) demoram cerca de uma semana para serem preparados. Enquanto isso, ele espera que "continuemos fazendo o esforço necessário para controlar a base" e que "em janeiro possamos ter resultado".

Não quis fazer previsão sobre os efeitos desta forte expansão sobre a inflação dos próximos meses, argumentando que os economistas — como ele — que acreditam na influência da expansão monetária sobre os preços reconhecem que estes efeitos demoram de seis a nove meses para se fazerem sentir. "As evidências empíricas sobre isso são tênues, mas há uma defasagem de seis a nove meses". Não quis comentar também a decisão do futuro presidente Tancredo Neves de cortar as mordomias para conter as despesas públicas, dizendo que não tem condições de avaliar o impacto desta economia sobre o déficit público.